



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Secretaria de Estado de Saúde**

**Chefia de Gabinete da Secretaria de Estado de Saúde de MG**

Ofício SES/GAB-CGAB nº. 222/2021

Belo Horizonte, 24 de junho de 2021.

Exmo. sr.

**Sérgio Pessoa de Paula Castro**

Advogado-Geral do Estado de Minas Gerais

AGE-MG - Avenida Afonso Pena, 4.000, Bairro Cruzeiro

CEP 30.130-009 - Belo Horizonte/MG

**Assunto: Resposta ao REQ 00396/2021**

*Referência:* [Caso resposta este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 1320.01.0050504/2021-16].

Senhor Advogado-Geral do Estado,

Com cordiais cumprimentos, e em atenção ao Requerimento nº 00396/2021 encaminhado a esta Secretaria de Saúde de Minas Gerais - SES/MG mediante Ofício nº 1462/2021 - CIPANDEMIA (31323929) expedido pelo presidente da CPI - Pandemia, Senador Omar Aziz, informamos o que se segue.

Por meio do Requerimento em epígrafe o Senador Eduardo Girão requer:

"(...) o envio de pedido de informações para as Secretarias de Saúde dos Estados e das Capitais brasileiras acerca da contratação de oxigênio para os hospitais e fornecimento de EPI, como máscaras cirúrgicas, máscaras n95, aventais, luvas descartáveis, sapatilhas, saneantes, óculos de proteção, especificando os termos de referência, editais, atas de reuniões, contratos, cópias das notas fiscais e ordens bancárias emitidas."

Nesse sentido, no que se refere ao fornecimento de EPI, esta Secretaria de Estado de Saúde - SES/MG informa que, em março de 2020, realizou compra de Equipamentos para Proteção Individual para profissionais envolvidos no atendimento e combate à pandemia da COVID-19 no âmbito do Estado de Minas Gerais de forma **emergencial** para colaborar com municípios e estabelecimentos de saúde dado o cenário grave enfrentado em todo o mundo naquele momento.

Nesse sentido, equipamentos tais como máscaras, luvas, aventais tiveram grande aumento de demanda com consequente aumento de preços, como demonstrado no anexo 1 (31327177), e em seguida esgotaram-se rapidamente, conforme demonstrado em reportagens diversas - anexo 2 (31327465), expondo os agentes públicos ao risco de contaminação. No Brasil, já eram 905 casos à época e uma previsão de crescimento exponencial ao longo dos meses de março e abril de 2020. Tal situação levou fornecedores de EPIs a esgotarem seus estoques para mercados privado e público e, desta forma, atas de registro de preços e contratos vigentes estaduais deixaram de ser atendidos pelas empresas, que não dispunham dos produtos para entrega e abastecimento.

Nesse cenário, esta SES/MG agiu conforme o Decreto NE nº 113, de 13 de março de 2020, anexo 3 (31327649), que dispõe sobre medidas de prevenção ao contágio e de enfrentamento e contingenciamento, no âmbito do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, devido à pandemia mundial de doença infecciosa viral respiratória causada pelo agente Coronavírus (COVID-19), visando à necessidade do emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública. Ainda em observância à Lei Federal nº 13.979, de fevereiro de 2020, fez-se necessária a aquisição de equipamentos de proteção individual - EPIs que garantissem aos profissionais de saúde, segurança pública e demais agentes envolvidos condições adequadas de trabalho, de forma a preveni-los de contaminações.

Considerando então o quadro de escassez de disponibilidade de EPIs, que levou ao desabastecimento dos diversos órgãos e entidades deste Estado de Minas Gerais, tais como FHEMIG, SES, IPSEMG, SEJUSP, PMMG, PCMG, CBMMG, o Comitê Tático de combate ao coronavírus consolidou as demandas destes órgãos e entidades, conforme demonstrado no anexo 4 (31327890), para tentativas de realização de compras diretas com empresas que possam ter os materiais para combater a expansão do vírus.

Após diversos e-mails e contatos, verificou-se que inúmeros fornecedores não possuíam os insumos, conforme demonstrado nos anexos 5, 6, e 7 (31328202) (31328207) (31328149), outros sequer responderam às tentativas, como nos casos dos anexos 8, 9, 10 e 11 (31328539) (31328547) (31328551) (31328610). Após grande mobilização e esforço para compra, foram obtidas as propostas apenas da empresa DCB, com entrega imediata e com entrega parcelada, anexos 12 e 13 (31329025) (31329066), que contemplava a entrega de alguns insumos, nos termos do inciso II do art. 26 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993.

Assim, considerando a declaração do Estado de Calamidade Pública do Estado de Minas Gerais e o grave risco de morte para milhões de pessoas, a Administração Estadual, pautada pelas deliberações do Comitê Extraordinário COVID-19, deliberou pela aquisição total dos insumos disponíveis do fornecedor supramencionado e de outros que surgissem e que pudessem garantir a proteção à vida de quem se arrisca a combater uma doença que tem causado estragos de repercussão mundial.

Nesse sentido, encaminha-se os anexos 14 e 15 (31331961) (31332029) que tratam-se de Relatórios de Pedido de Compras elaborados e aprovados pelo órgão demandante, representando, portanto, aprovação para realização da

contratação. Em complemento, o anexo 16 (31332440) traz declaração de disponibilidade orçamentária assinada pelo ordenador de despesas, permitindo a aquisição a ser realizada. Além disso, o Termo de Referência, anexo 17 (31343544), elaborado conjuntamente pela Secretaria de Estado de Saúde/Subsecretaria de Vigilância em Saúde e pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, por meio da Subsecretaria do Centro de Serviços Compartilhados/Superintendência Central de Compras Governamentais, também traz assinatura da autoridade competente para assinatura do contrato, mostrando a ciência e autorizando a realização da referida contratação.

O documento foi assinado pelo Subsecretário de Vigilância em Saúde desta Secretaria à época autorizando a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual, objeto do contrato 9245572 - anexo 18 (31332949) para atendimento em momento crítico vivenciado pelo Estado e para proteção à saúde dos profissionais envolvidos no atendimento e combate à pandemia do COVID-19.

O objeto da contratação em questão foram Equipamentos de Proteção Individual (EPI). Conforme a Norma Regulamentadora nº 6, do Ministério do Trabalho e Emprego, “considera-se Equipamento de Proteção Individual, todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho”.

Para melhor entendimento, a referida proteção é dada à cabeça, ao tronco, aos membros superiores, aos membros inferiores, à pele e ao aparelho respiratório do indivíduo. A principal forma de transmissão dos coronavírus é por meio do contato próximo pessoa a pessoa, a partir de secreções respiratórias de uma pessoa infectada. Para os profissionais se protegerem de gotículas de tosse, espirros ou outros fluidos corporais de pacientes infectados e de superfícies contaminadas que possam infectá-los, esses itens são essenciais. Os tipos de EPI recomendados pela OMS levam em consideração o ambiente, público-alvo e tipo de atividade desenvolvida.

A aquisição desses itens, portanto, foi ao encontro do Plano de Contingência Estadual, que dentre suas estratégias gerais de resposta e combate à epidemia da COVID-19, apresentou de forma complementar, a distribuição de EPI em apoio aos pontos de atenção assistenciais, conforme critérios que serão detalhados adiante.

Tendo em vista a importância da garantia da biossegurança para os profissionais de saúde se protegerem e impedirem a transmissão no ambiente de trabalho, a estratégia de aquisição de EPI extrapolou o contexto da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais e foi discutida amplamente no Comitê de Integração (CI) e no Comitê Gestor do Plano de Prevenção e Contingenciamento em Saúde da COVID-19 - Comitê Extraordinário COVID-19.

A primeira compra de Equipamento de Proteção Individual foi realizada em conformidade às especificações, exigências e quantidades estabelecidas na tabela abaixo:

DESCRIÇÃO DO ITEM	TIPO	TAMANHO	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	ESTOQUE	CÓDIGO SIAD	VALOR UNITÁRIO	ENTREGA PARCELADA	ENTREGA IMEDIATA	VALOR TOTAL	VALOR TOTAL GERAL
									POR ITEM	
Luva de Procedimento	Látex	Grande	caixa 100 unidades	4000	1672606	R\$ 28,47	-	X	R\$ 113.880,00	R\$
Luva de Procedimento	Látex	Grande	caixa 100 unidades	30888	1672606		SEMANALMENTE EM ABRIL	-	R\$ 879.381,36	993.261,36
Luva de Procedimento	Látex	Media	caixa 100 unidades	48162	1672592	R\$ 28,47	SEMANALMENTE EM ABRIL	-	R\$ 1.371.172,14	R\$
Luva de Procedimento	Látex	Media	caixa 100 unidades	20000	1672592	R\$ 28,47	-	X	R\$ 569.400,00	1.940.572,14
Luva de Procedimento	Látex	Pequena	caixa 100 unidades	30888	1672584	R\$ 28,47	SEMANALMENTE EM ABRIL	-	R\$ 879.381,36	R\$
Luva de Procedimento	Látex	Pequena	caixa 100 unidades	6000	1672584	R\$ 28,47	-	X	R\$ 170.820,00	1.050.201,36
Luva de Procedimento	Nitrílica	Grande	caixa 100 unidades	1000	1672541	R\$ 24,71	-	X	R\$ 24.710,00	R\$ 24.710,00
Luva de Procedimento DESCARPAK	Nitrílica	Media	caixa 100 unidades	5000	1672533	R\$ 27,42	-	X	R\$ 137.100,00	R\$ 356.460,00
Luva de Procedimento MEDIX	Nitrílica	Media	caixa 100 unidades	8000	1672533		-	X	R\$ 219.360,00	
Luva de Procedimento DESCARPAK	Nitrílica	Pequena	caixa 100 unidades	5000	1672525	R\$ 29,12	-	X	R\$ 145.600,00	R\$ 262.080,00
Luva de Procedimento MEDIX	Nitrílica	Pequena	caixa 100 unidades	4000	1672525		-	X	R\$ 116.480,00	
Luva de Procedimento	Vinil	Grande	caixa 100 unidades	2500	1672738	R\$ 24,18	-	X	R\$ 60.450,00	R\$ 60.450,00
Luva de Procedimento	Vinil	Media	caixa 100 unidades	6000	1672770	R\$ 24,18	-	X	R\$ 145.080,00	R\$ 145.080,00
Luva de			caixa 100							R\$

Luva de Procedimento	Vinil	Pequena	Caixa 100 unidades	3000	1672762	R\$ 24,18	-	X	R\$ 72.540,00	72.540,00
Touca			unitário	5387405	238392	R\$ 0,08	SEMANALMENTE EM ABRIL	-	R\$ 404.055,38	R\$
Touca			unitário	200000	238392		-	X	R\$ 15.000,00	419.055,37
Avental Descartável p/ procedimento	30 Gramas		unitário	10000	227846	R\$ 3,85	-	X	R\$ 38.500,00	R\$ 38.500,00
Avental Descartável p/ procedimento	20 gramas		unitário	62000	570184	R\$ 1,72	-	X	R\$ 106.640,00	R\$ 106.640,00
Mascara Descartável tripla com elástico			unitário	25000	1710273		-	X	R\$ 95.612,50	R\$ 21.978.846,94
Mascara Descartável tripla com elástico			unitário	5496855	1710273	R\$ 3,82	SEMANALMENTE EM ABRIL	-	R\$ 21.022.721,95	
Mascara Descartável tripla com elástico			unitário	225000	1710273		-	X	R\$ 860.512,50	
Mascara N95			unitário	5000	1647385	R\$ 18,17	-	X	R\$ 90.850,00	R\$ 90.850,00
TOTAL										R\$ 27.539.247,17

Em abril de 2020, foi realizado um aditamento do contrato com a empresa DCB DISTRIBUIDORA CIRÚRGICA BRASILEIRA LTDA com aumento de 25% do quantitativo dos itens conforme demonstrado pela tabela abaixo:

Itens	Tipo	Tamanho	Proposta 25% (Quant.)	Preço unit.	Total (R\$)
Luva de Procedimento	Látex	Grande	8.722	28,47	248.315,34
Luva de Procedimento	Látex	Média	17.040	28,47	485.128,80
Luva de Procedimento	Látex	Pequena	9.222	28,47	262.550,34
Luva de Procedimento	Nitrílica	Grande	186	24,71	4.596,06
Luva de Procedimento	Nitrílica	Pequena	2.250	29,12	65.520,00
Luva de Procedimento	Vinil	Grande	625	24,18	15.112,50
Luva de Procedimento	Vinil	Média	1.500	24,18	36.270,00
Luva de Procedimento	Vinil	Pequena	32	24,18	773,76
Máscara Descartável tripla com elástico	-	-	1.436.700	3,82	5.488.194,00
Máscara N95	-	-	1.250	18,17	22.712,50
Total (R\$)					6.629.173,30

Ademais, os itens adquiridos pelo estado, bem como os itens doados pelo Ministério da Saúde, foram distribuídos conforme critérios explicitados pela Nota Técnica nº 4/SES/SUBPAS/2020 (31342498). Dentre os beneficiários prioritários estavam incluídos os hospitais microrregionais e macrorregionais, hospitais estaduais, Unidades de Pronto Atendimento (UPA) e Unidades Básicas de Saúde (UBS), os quais demandam um total de aproximadamente 8 milhões de Kits de EPI por mês. Os grupos prioritários foram organizados da seguinte maneira:

O primeiro grupo prioritário incluía os hospitais da Rede FHEMIG e os hospitais referência de atendimentos de pacientes graves das macrorregiões do Estado, conforme registro de internação no SUSFácil. Como primeira prioridade também estava a Prefeitura de Belo Horizonte devido à localização do epicentro da epidemia em Minas Gerais. Além destas, estão incluídas a Fundação Hemominas, as Farmácias Regionais, a Vigilância Sanitária Estadual, para garantir a continuidade dos serviços de saúde e, por fim, a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais.

A segunda categoria era composta pelas Unidades de Pronto Atendimento (UPA) prioritárias de porte III, opção VII e opção VIII - unidades que realizam mais de 9 mil atendimentos por mês, já que é principal porta de entrada para urgência e emergência do Sistema de Saúde. Acompanhando as UPAs, também foi incluída como prioridade 2 a demanda excedente devido ao COVID-19 do Serviço de Atendimento

Móvel de Urgência (SAMU).

O terceiro grupo de priorização foram as UPAs não incluídas na categoria anterior, já que são a porta de entrada para casos de urgência como estabilizações de pacientes do COVID-19.

A quarta categoria de priorização envolvia todos os hospitais que tinham registro de internação classificadas como COVID-19, conforme registro no SUS Fácil até dia 26 de março de 2020. Dependendo da quantidade de EPIs doados ao Estado conseguiríamos atender todos os hospitais da rede, com leitos de UTI, porém era necessário aguardar um retorno do quantitativo para confirmar a inclusão dos demais hospitais nesta quarta categoria.

No entanto, com o andamento da pandemia e o agravamento da situação epidemiológica, houveram alterações na priorização preconizada pela nota técnica supramencionada.

Com a criação do Plano Operativo de Contingência Macrorregional, foram definidos estabelecimentos referência de terapia intensiva em atendimento ao COVID-19, os estabelecimentos retaguarda COVID-19 e estabelecimentos referência de leitos clínicos em cada macrorregional do Estado de Minas Gerais. Todos os hospitais elencados no plano de contingência foram contemplados como beneficiários na distribuição de EPI, bem como o Serviço de Atendimento Domiciliar, os Centros de Atendimento Psicossocial, os Laboratórios Regionais, Unidades Sentinela.

Até o momento foram distribuídos cerca de 48 milhões de itens, conforme demonstrado em planilha em anexo (31333706) e ainda estão ocorrendo as distribuições normalmente. As distribuições que estão sendo realizadas são referentes a demanda mensal de máscaras para hospitais que integram o Plano Operativo de Contingência Macrorregional e para os SAMUs, e ainda não houve lançamento na planilha em questão.

Tendo em vista o cenário de colapso que ainda estamos vivenciando e o recorrente desabastecimento de itens de EPI, como, por exemplo, luvas, no momento realizamos adesão do Registro de Preço liderado pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais (SEPLAG) SIRP nº 42 de 2021 para a compra de luvas, máscara do tipo N95 e avental de uso hospital, conforme quantitativos demonstrados abaixo:

Item	Código	Descrição	Unidade de Aquisição	unitário referência	SUBPAS2
3	1755366	AVENTAL PARA USO MEDICO/ODONTOLOGICO - TIPO: DESCARTAVEL, MANGA LONGA COM ELASTICO NO PUNHO; MATERIA-PRIMA: TELA NAO TECIDO, SMS, 100% POLIPROPILENO; GRAMATURA/COMPOSICAO: MINIMA DE 50G/M2; COMPRIMENTO: 1,20 M X 1,50M (C X L), APROXIMADAMENTE;	1 UNIDADE	R\$ 8,37	11.000.000
22	1672592	LUVA DESCARTAVEL PROCEDIMENTOS NAO CIRURGICOS - COMPOSICAO: LATEX DE BORRACHA NATURAL; ESTERIL: NAO; TAMANHO: M; PO: BIOABSORVIVEL; FORMATO: AMBIDESTRA; TEXTURA: LISA; APRESENTACAO: EMBALAGEM 100 UNIDADES;	CAIXA	R\$ 87,49	300.000
23	1672584	LUVA DESCARTAVEL PROCEDIMENTOS NAO CIRURGICOS - COMPOSICAO: LATEX DE BORRACHA NATURAL; ESTERIL: NAO; TAMANHO: P; PO: BIOABSORVIVEL; FORMATO: AMBIDESTRA; TEXTURA: LISA; APRESENTACAO: EMBALAGEM 100 UNIDADES;	CAIXA	R\$ 87,24	50.000
24	1672606	LUVA DESCARTAVEL PROCEDIMENTOS NAO CIRURGICOS - COMPOSICAO: LATEX DE BORRACHA NATURAL; ESTERIL: NAO; TAMANHO: G; PO: BIOABSORVIVEL; FORMATO: AMBIDESTRA; TEXTURA: LISA; APRESENTACAO: EMBALAGEM 100 UNIDADES;	CAIXA	R\$ 87,76	50.000
		MASCARA DESCARTAVEL - IDENTIFICACAO: N 95; FORMATO: CONCHA OU			

28	125628	DOBRARVEL; CAMADAS: 4 CAMADAS; MATERIA-PRIMA: FIBRA SINTETICA; GRAMATURA: NAO APLICAVEL; FILTRO: FILTRO PFF2; TIPO FIXACAO: ELASTICO; AJUSTE NASAL: SIM; ESTERIL: NAO;	1 UNIDADE	R\$ 2,55	1.000.000
----	--------	---	--------------	-------------	-----------

O processo encontra-se em andamento e a previsão de execução é nos próximos 25 dias.

Esta Secretaria de Estado de Saúde de Saúde até o momento manteve a destinação constante dos itens de EPI em estoque de modo a manter as medidas necessárias de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, em observância a Lei Federal nº 13.979, de fevereiro de 2020, para garantir aos profissionais de saúde, segurança pública e demais agentes envolvidos condições adequadas de trabalho, de forma a preveni-los de contaminações. Além disso, as distribuições tem ocorrido em tempo oportuno, de acordo com disponibilidade em estoque a fim de evitar desabastecimentos dos itens de EPI nos beneficiários contemplados pela distribuição.

No que tange ao fornecimento de oxigênio, informa-se que tendo em vista os rumores de desabastecimento de insumos estratégicos relacionados ao armazenamento e transporte de oxigênio, esta SES/MG, por meio da Subsecretaria de Políticas e Ações de Saúde, se propôs a desenvolver formulário de diagnóstico da situação de abastecimento do estado de Minas Gerais. O formulário foi enviado no período de 8 de março a 19 de março de 2021 para as regionais de saúde, bem como apoiadores do COSEMS para que fossem disponibilizados para os estabelecimentos de saúde. Em 22 de março foram apresentadas as análises, e tem-se que o cenário de estrutura de gases das instituições hospitalares é muito diversa e complexa, a situação mais crítica se encontra em estabelecimentos com alta demanda de gases medicinais que utilizam cilindros.

Nas instituições que responderam ao formulário foi possível verificar que 40% dos hospitais possuem tanque e cilindro em seu sistema de gases, 55% das instituições hospitalares utilizam somente cilindros para abastecimento da demanda dos pacientes, porém apenas 5% destes possuem leitos de Unidade de Terapia Intensiva (31334420). Baseado nas respostas autodeclaratórias, não foi possível verificar o cenário real de consumo e disponibilidade de oxigênio e cilindros.

Sendo assim, considerando que identificou-se que o maior gargalo do desabastecimento de oxigênio está relacionada a disponibilização de cilindros, foi solicitado apoio do Ministério da Saúde com a doação de 500 cilindros secos, o apoio da FIEMG e Anglo América com a doação de mais de 1000 cilindros secos e 50 cilindros doados pelo SESI Minas. Até o momento já viabilizamos a doação de 61 cilindros para 16 municípios que solicitaram apoio da Secretaria de Saúde e continuamos trabalhando para viabilizar mais doações de cilindros (31334669).

Além disso, foi publicada DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº 3.367, DE 31 DE MARÇO DE 2021 que aprova o repasse de parcela excepcional de incentivo financeiro para apoio à estruturação, ampliação e otimização do Sistema de Gases Medicinais dos estabelecimentos inseridos no Plano Operativo de Contingência Macrorregional - Grade de Leitos do Estado de Minas Gerais para o enfrentamento do Coronavírus-COVID19. Bem como a RESOLUÇÃO SES/MG Nº 7.461, DE 31 DE MARÇO DE 2021 que estabelece repasse de parcela excepcional de incentivo financeiro para apoio à estruturação, ampliação e otimização do Sistema de Gases Medicinais dos estabelecimentos inseridos no Plano de Contingência Macrorregional - Grade de Leitos do Estado de Minas Gerais para o enfrentamento do Coronavírus-COVID19.

O repasse com caráter de incentivo tem como objetivo garantir, no que tange às competências do Estado, o fornecimento, armazenamento e distribuição de oxigênio em todas as regiões de Minas Gerais que possuem estabelecimento de saúde referência em atendimento COVID-19 de acordo com o Plano Operativo de Contingência Macrorregional - Grade Hospitalar, publicado em 26 de março de 2021. O repasse total refere-se a um investimento de 50 milhões de reais para solucionar os gargalos de falta de insumos relacionados ao abastecimento de oxigênio, infraestrutura do sistema de gases e abastecimento do oxigênio medicinal.

Tendo em vista as competências dispostas no Art. 17º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, destaca-se os seguintes

I - promover a descentralização para os Municípios dos serviços e das ações de saúde;

II - acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do Sistema Único de Saúde (SUS);

III - prestar apoio técnico e financeiro aos Municípios e executar supletivamente ações e serviços de saúde;

IV - coordenar e, em caráter complementar, executar ações e serviços;

IX - identificar estabelecimentos hospitalares de referência e gerir sistemas públicos de alta complexidade, de referência estadual e regional.

Outrossim, em se tratando da solicitação dos termos de referência, editais, atas de reuniões, contratos, cópias das notas fiscais e ordens bancárias emitidas encaminha-se por meio do link <https://drive.google.com/drive/folders/1Q36RqUj45frSZCVQW324EcdPCwRrBxrQ> os anexos que se seguem:

- **Ata de Registro de preço 169/2020** - 1500.01.0026313/2020-26, cujos anexos são: termo de adesão, termo de referência, Edital e Ata.
- **Dispensa de EPI Fornecedor DCB** - 1320.01.0038920/2020-59, cujos anexos são: Termo de referência, mapa de preços e orçamentos, ato de ratificação da dispensa, contrato, notas fiscais e atestes das notas fiscais.
- **Dispensa EPI KSN** - 1500.01.0014240/2020-77, cujos anexos são: Termo de referência, mapa de preços e orçamentos, ato de ratificação, contrato, errata sobre erro de digitação do código do item, autorização de fornecimento, notas fiscais e atestes das notas fiscais.
- **Dispensa EPI, fornecedor DCB entrega parcelada** - 1500.01.0014225/2020-94, cujos anexos são: Termo de referência,

orçamentos, demonstrativo de necessidade contrato, ratificação da dispensa, autorização de fornecimento, nota fiscal, justificativa de aditamento concordância da empresa quando ao aditamento, termo aditivo, nota explicativa da Diretoria de Compras sobre inconsistência no sistema do lançamento do valor.

- **Dispensa para aquisição de TNT para confecção de máscaras** - 1500.01.0016171/2020-29, cujos anexos são: Termo de referência, cotações, ato de ratificação, autorização de fornecimento, nota fiscal, ateste.
- **Registro de Preço de máscara de tecido para servidores públicos** - 1320.01.0073813/2020-12, cujos anexos são: Termo de adesão, Termo de execução de ata, Ata de registro de preços, Publicação da dispensa, Autorização de fornecimento, nota fiscal e ateste de nota fiscal.
- Adesões ao **Planejamento 42/2021** - Aquisição de EPI 1320.01.0018673/2021-33 e 1320.01.0019038/2021-72, cujos anexos são: Termo de adesão, edital e Ata de registro de preço, vigência iniciada em 11/05/2020, ainda sem execução.

Ademais, segue em anexo também as notas de empenho relacionadas aos instrumentos acima elencados, assim como planilha de execução consolidada dos mesmos

- Empenho 55/2020 - UE 1320068 - (31343045)
- Empenho 59/2020 - UE 1320068 - (31343064)
- Empenho 66/2020 - UE 1320068 - (31343068)
- Empenho 75/2020 - UE 1320068 - (31343117)
- Empenho 425/2020 - UE 1320003 - (31343078)
- Empenho 435/2020 - UE 1320003 - (31343131)
- Planilha de execução consolidada. (31343100)

Por fim, tendo em vista o caráter de emergência em saúde causado pelo novo coronavírus e seus efeitos que perduram a mais de 12 meses, reforça-se que o Estado de Minas Gerais tem realizado ações com vias de prestar apoio técnico e financeiro aos municípios e estabelecimentos de saúde, afim de mitigar e prevenir os riscos de desabastecimentos de insumos estratégicos relacionados à EPIs e ao armazenamento e distribuição de oxigênio.

Sendo o que nos cumpre para o momento, renovamos os votos de elevada estima e consideração e permanecemos à disposição para todo e qualquer esclarecimento.

Atenciosamente,

**Fábio Baccheretti Vitor**

Secretário de Estado de Saúde de Minas Gerais



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Baccheretti Vitor**, **Secretário(a)**, em 24/06/2021, às 17:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **31323543** e o código CRC **ABB93D2C**.

Referência: Processo nº 1320.01.0050504/2021-16

SEI nº 31323543

Rodovia Papa João Paulo II, 4143 - Bairro Serra Verde - Belo Horizonte - CEP 31630-900